



Ciência da religião à brasileira: testemunhos e relatos sobre uma disciplina em construção

Study of religion à la Brazil: testimonies and reports about a process under construction

Flávio Senra*
Maurílio Ribeiro da Silva**

Resumo: O artigo objetiva apresentar o percurso da disciplina ciência da religião em uma perspectiva diacrônica. No trabalho, serão descritos alguns dos processos relativos à sua institucionalização no Brasil. Por meio de pesquisa bibliográfica, o trabalho faz um levantamento de dados sobre a pesquisa sobre religião até o início desse processo no âmbito acadêmico nacional, inaugurado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, na década de 1960. Quanto ao processo de consolidação da disciplina a partir da pós-graduação, uma década mais tarde, por meio da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a reflexão também se orienta pelos testemunhos, pelos relatos e pelas primeiras reflexões teórico-metodológicas de alguns dos pioneiros da nova disciplina. Apesar de as primeiras cátedras de ciência da religião terem sido implantadas na Europa, na segunda metade do século XIX, e tendo sido estabelecidos os seus pressupostos teórico-metodológicos por uma tradição de pesquisas universitárias, a ciência da religião “à brasileira” evidencia, em seu percurso histórico e em seu desenvolvimento atual, traços de uma relação de tensão e complementaridade principalmente com a teologia, a disciplina com a qual divide a organização político-acadêmica da área de avaliação no país. Esses traços são observáveis ao longo de todo o histórico de mais de meio século, desde os pioneiros da disciplina no país, como Jaime Snoek, João Edênio Reis Valle e Antônio Gouvêa Mendonça. As novas gerações, os novos programas e os novos seguem na tarefa de melhor definição teórico-metodológica da disciplina no Brasil.

Palavras-chave: Ciência da religião. Epistemologia das ciências da religião. Estudos pós-graduados.

Abstract: This paper aims to present the trajectory of the discipline of study of religion from a diachronic perspective. It will describe some aspects of its institutionalization in Brazil. Through bibliographical research, this paper surveys data on research into religion until the beginning of this process in the national academic sphere, founded by the Universidade Federal de Juiz de Fora (Federal University of Juiz de Fora) in the 1960s. Regarding the process of consolidating the discipline in graduate studies, a decade later, through the Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Pontifical Catholic University of São Paulo), the reflection was also guided by the testimonies, reports and first theoretical methodological reflections from some pioneers of the new discipline. Although the first chairs in the study of religion were established in Europe in the second half of the 19th century, and their theoretical methodological presuppositions were established by a tradition of university research, the study of religion “à la Brazil” shows traces of a relationship of tension and complementarity, especially with theology, the discipline with which it shares the political-academic organization of the area of evaluation in the country. These characteristics can be seen throughout the history of more than half a century, from the pioneers of the discipline in the country, such as Jaime Snoek, João Edênio Reis Valle and Antônio Gouvêa Mendonça. The

* Doutor em Filosofia, docente do Departamento de Ciências da Religião no PPG em Ciências da Religião da PUC Minas (Belo Horizonte-MG)). Agradecimento: CNPq. 0000-0001-7676-9850 – contato: flaviosenra@pucminas.br

** Doutor em Ciências da Religião (PUC Minas, Belo Horizonte-MG). ORCID: 0000-0002-3673-5215 – contato: sgmaurilio@gmail.com

new generations, the new graduate and undergraduate courses are continuing in the task of better defining the discipline's theoretical methodology in Brazil.

Keywords: Study of religion. Epistemology of religious studies. Graduate studies.

Introdução

A disciplina ciência da religião, institucionalizada na Europa desde a segunda metade do século XIX, chegou no Brasil tardiamente. Lentamente, a comunidade dessa disciplina passa a reconhecer a disciplinaridade da ciência da religião, sendo comumente apresentada como área ou campo. Essa situação reforça o tradicional “s” aplicado nas nomenclaturas da maioria dos programas de pós-graduação e da própria área de avaliação da Coordenação de Pessoal de Nível Superior, a Capes. Há uma longa trajetória que nos permite compreender os limites desse *status* não disciplinar que afeta a ciência da religião no país, e que podemos destacar desde pioneiros como Jaime, Snoek, João Edênio Reis Valle, e Antônio Gouvêa Mendonça ao *status* mais recente como o que reconhecemos em Frank Usarski (2018, 2023). Muitos são os que estão por esse caminho, como veremos adiante.

Como destacava Valle (Valle, Queiroz, Mendonça, 2007), o estudar a religião no Brasil teve início com pesquisas independentes e não vinculadas à academia, sendo um primeiro documento a carta enviada por Pero Vaz de Caminha aos governantes portugueses no início da colonização do Brasil. Alguns dos primeiros movimentos acadêmicos se deram também pela contribuição de pesquisadores estrangeiros, oriundos das ciências sociais, como veremos adiante. Foi apenas a partir da década de sessenta, no século XX, na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que teve início o processo de institucionalização acadêmica da ciência da religião no país, seguida, uma década mais tarde, pela criação dos primeiros programas de pós-graduação *stricto sensu* na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP) e na Universidade Metodista de São Paulo (Umesp).

Em todo esse processo, os primeiros movimentos, como lembra Faustino Teixeira (2018), estiveram marcados por uma intensa presença de elementos e conteúdos teológicos na estruturação disciplinar da ciência da religião. Essa é uma relação que atravessa ainda hoje os debates e que tem uma larga história no modo como a disciplina se organizou institucionalmente no país. Docentes egressos de cursos de formação teológica, em sua maioria, foram os pioneiros da disciplina no país. Entre esses pioneiros, encontramos o professor João Edênio Reis Valle (1936-2023), filósofo, teólogo, pedagogo e um nome de destaque na psicologia da religião. Além de ter participado na elaboração, aprovação, criação e consolidação do primeiro programa de pós-graduação em ciência da religião no país, o padre Edênio, da Sociedade do Verbo Divino, destacou-se na sedimentação da institucionalidade a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião (Anptecre).

No presente artigo, destacaremos a participação do professor Edênio nos dois movimentos acima mencionados. Interessa-nos abordar, nesse horizonte, aspectos da

trajetória da institucionalização da ciência da religião como disciplina no país, o que faremos em três momentos. No primeiro, trataremos dos estudos científicos pré-institucionais sobre religião. No segundo momento, abordaremos a institucionalização de ciência da religião no Brasil, considerando o período formativo e a sua expansão pela pós-graduação. O terceiro momento tratará da consolidação político-acadêmica da ciência da religião no Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG).

Os estudos científicos pré-institucionais sobre religião no Brasil

O professor João Edênio Reis Valle, em entrevista concedida a Ângela Cristina Borges e Marcelo Rocha (Valle, Queiroz; Mendonça, 2007), afirmou que houve um período pré-científico, quando a referência à religião foi marcada pelo início da colonização portuguesa e pelos primeiros contatos com as religiões dos povos nativos.

Enquanto na Europa, a ciência da religião dava os primeiros passos em seu processo de institucionalização no meio acadêmico, com seus vieses e interfaces próprios (que, aqui, não iremos abordar), em nosso país os estudos vinham sendo realizados por profissionais de diferentes áreas, tais como medicina, ciências sociais e ciências sociais aplicadas (como direito ou jornalismo), psicologia, história, filosofia e teologia.

Cada profissional abordava o objeto religião do lugar da sua própria formação de origem. Não se observa, nesses primeiros estudos de matiz científico, uma preocupação com a sistematização ou com o desenvolvimento de uma metodologia específica, e nem esforços no sentido de promoção da institucionalização de uma disciplina autônoma como a ciência da religião. Além disso, o lugar comum entre eruditos, assim como entre populares, considerava a religião como algo afeito às esferas eclesiais ou, meramente, um conjunto de crenças da população, e não como algo passível de investigação científica.

O primeiro brasileiro a fazer menção à origem da ciência da religião na Europa foi o filósofo e jurista cearense Raimundo Farias Brito (1862-1917), em 1914 (Alves, 2016). Para o autor, a “Ciência das Religiões [...] não são ciências propriamente ditas, mas processos de investigação para a elaboração do conhecimento referente aos fatos de ordem psíquica e moral” (Brito, 2006, p. 141). No nosso entender, o caso brasileiro repercute em boa medida a noção que se expressa, desde Brito, como recusa de uma disciplinaridade para a ciência da religião. Ao não ser reconhecida como ciência, a área ou campo se apresenta como algo difusamente apresentado, ainda nos dias atuais, como “processos de investigação”. Sem atribuir vínculo entre essa postura, que julgamos equivocada, e o filósofo e jurista cearense, essa relação dá o que pensar quanto à permanência dessa concepção ao longo da trajetória da disciplina no país.

Vejamos, contudo, o que, um pouco antes de Raimundo Farias Brito e ao longo da primeira metade do século passado, se apresentava como estudo científico sobre religião. Como também destacou João Edênio Reis Valle (Valle; Queiroz; Mendonça, 2007), as primeiras pesquisas de matiz científico sobre a religião no Brasil foram produzidas no âmbito da psiquiatria, o que se deu a partir do final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Trata-se, conforme a obra *Ciência da Religião: contexto e pressupostos*, de

Silva (2022), de uma influência entremeada por pesquisas em ciências sociais, ciências sociais aplicadas e filosofia, tal como veremos a seguir, acompanhando esse trabalho.

Começamos destacando trabalhos do início do século passado, como o realizado pelo médico psiquiatra maranhense, de origem judaica, Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). Rodrigues, lembra Oliveira (2017), encontra-se entre os pioneiros dos estudos afro-brasileiros. Foi o primeiro pesquisador que “considerou como religião o que então era considerado como crenças supersticiosas, mostrando a coerência lógica desse sistema de ideias e de crenças” (Ferreti, 1999, p. 23). Defensor da liberdade religiosa e crítico dos fanatismos e da intolerância, José Carlos Rodrigues (1844-1923), publicou, em 1901, o primeiro estudo de que se tem notícia sobre as origens e o desenvolvimento do protestantismo no país. Na oportunidade, o jornalista carioca denunciou perseguições sofridas por esse grupo religioso no interior do Brasil. Também médico, discípulo e herdeiro teórico de Nina Rodrigues, o alagoano Arthur Ramos (1903-1949) iniciou, em 1926, seus estudos de etnografia psicanalítico-religiosa sobre os afrodescendentes brasileiros e sua religião na Bahia (Gutman, 2007).

Merece destaque, para os estudos da religião no país, do início da década de 30 do século passado, o trabalho do sociólogo e historiador pernambucano Gilberto de Mello Freyre (1900-1987). Seu *Casa-Grande e Senzala*, obra de 1933, destaca-se pela análise culturalista quanto à formação e a identidade religiosa colonial. Soares (2009) e Veloso (1994) realçam de Freyre a sua consideração sobre a identidade religiosa brasileira. Formada a partir da confluência entre elementos religiosos do português, do indígena e do africano, tal identidade estava centrada na confissão católica. Nessa perspectiva, religião, família e sistema patriarcal atuaram na organização e a na formação cultural da sociedade colonial. Contemporâneo de Gilberto Freyre, Edison de Souza Carneiro (1912-1972) foi um ensaísta, etnólogo e folclorista baiano. Conforme Rossi (2020), Carneiro se dedicou aos estudos etnográficos e históricos da religiosidade e das práticas culturais das religiões afro-brasileiras, dos estudos sobre folclore e sobre a cultura popular dos morros, das favelas e das associações culturais do Rio de Janeiro. Também nos anos de 1930, o psiquiatra, antropólogo, folclorista e escritor pernambucano Albino Gonçalves Fernandes (1909-1986), sob orientação do também psiquiatra Ulisses Pernambuco de Mello (1892-1943), realizou diversas pesquisas sobre as religiões afrodescendentes e a religiosidade popular. Do final dessa década de 30 não podemos deixar de mencionar a publicação, em 1938, pelo sacerdote católico luso-brasileiro Serafim Leite (1890-1969), de *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Já em 1939, do psiquiatra paraibano Osório Thaumaturgo César (1895-1979), temos a publicação de *Misticismo e loucura*, dedicado a aspectos religiosos relacionados à doença mental. A obra é um exemplar do “evolucionismo cultural e primitividade de grupos raciais” (Dalgalarro, 2007, p. 26).

Os dez anos que antecederam o primeiro movimento de institucionalização da ciência da religião no Brasil foram importantes para a produção acadêmica sobre religiões. De 1950, temos a obra *Catolicismo no Brasil: memória histórica*, de autoria do padre Júlio Maria de Moraes Carneiro (1850-1916). Também sobre o mesmo tema, em 1955, o médico, antropólogo, historiador e sociólogo baiano Thales de Azevedo (1904-1995) publicou *Catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social*, considerado, por

Steil e Herrera (2010), como o primeiro trabalho acadêmico com foco exclusivo no catolicismo. Na obra, o catolicismo é apresentado como tendo uma postura tolerante e maleável, caracterizada pela mistura de seus dogmas com as crenças indígenas e africanas. Carneiro considerou a prática católica brasileira, de perfil doméstico e pouco institucionalizado, a partir do “culto dos santos, padroeiras das cidades ou freguesias, ou protetores das suas lavouras, de suas profissões ou de suas pessoas” (Azevedo, 2002, p. 36). Por sua vez, o médico e antropólogo pernambucano Waldemar de Figueiredo Valente (1908-1992) publicou, em 1955, o livro *Sincretismo religioso afro-brasileiro*, considerado por Torres-Londoño (2013) um trabalho importante sobre sincretismo religioso no Brasil. Segundo o autor, o sincretismo “é um processo que se propõe resolver uma situação de conflito cultural [...] que implica numa modificação da experiência interior. Modificação de atitudes, de sentimentos, de valores e de ideias” (Valente, 1955, p. 41-42). Por fim, de 1955 também trazemos o trabalho do carioca Eduardo Enéas Gustavo Galvão (1921-1976), *Santos e visagens*. O antropólogo abordou a vida religiosa do caboclo amazônico, fruto do seu trabalho de pesquisa doutoral em Gurupá/AM, em 1948. Segundo Conceição, (2012), o autor refuta os aspectos folclóricos e os aspectos exóticos das práticas e rituais, destacando a multiplicidade do contexto cultural, a diversidade cultural e identitária do caboclo amazônico.

Considerando o período em torno do início dos trabalhos do departamento de ciência da religião da UFJF e depois da PUC-SP e da Umesp, de 1961, destacamos a pesquisa sobre espiritismo desenvolvida pelo sociólogo e demógrafo paulista Cândido Procópio Ferreira de Camargo (1922-1987). Sua obra, intitulada *Kardecismo e umbanda: uma interpretação sociológica*, analisou o crescimento do espiritismo e da umbanda no Brasil; as funções que desempenham na sociedade e o porquê da adesão a essas religiões mediúnicas, destacam Godoy e Carvalho (2017). Do mesmo autor, a obra *Católicos, protestantes e espíritas*, de 1973, analisa o crescimento da diversidade religiosa em contraposição à hegemonia do catolicismo romano, e sua influência na sociedade brasileira. Também da década de sessenta, o jornalista e escritor cearense Rui Facó (1913-1963), autor de *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*, publicada poucos dias após a sua morte, desenvolve a primeira interpretação marxista dos camponeses católicos no país. Essa abordagem representou, como bem destacou Sarmiento (2018), um corte interpretativo nas teorias orientadas pelo determinismo geográfico das pesquisas sobre o cangaço. Para Facó (1976), a reação do homem rural nordestino contra as injustiças da estrutura social e dos problemas crônicos ligados ao problema da terra tinha, na mística cristã, uma capa para as questões materiais relativas à exploração. Ainda desse período, trazemos para o nosso destaque o trabalho de 1965 da socióloga paulista Maria Isaura Pereira de Queiroz (1918-2018), para quem a religião é um elemento da ação social e política, um movimento de resistência da tradição à modernidade. Sua publicação, cujo título é *O messianismo no Brasil e no mundo*, abordou a questão dos surtos messiânicos e sua relação com as instituições sociais e políticas. Por fim, em 1974, com o sociólogo paulista Douglas Teixeira Monteiro (1926-1978), autor da obra intitulada *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do contestado*, sua tese de doutorado, temos um trabalho que buscou compreender o significado das ações religiosas e dos rituais para os atores sociais envolvidos nos surtos messiânicos,

destacam Brandão e Ricardo (1979). Segundo Steil e Herrera (2010), a análise de Monteiro se destaca por tomar a religião como objeto principal. Importante recordar, com Antônio Gouvêa Mendonça (2004), que Monteiro foi o fundador, em 1975, do Centro de Estudos de Religião (CER), no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo.

Um dado importante da história das pesquisas acadêmicas em religião no Brasil foi escrito com a colaboração de pesquisadores estrangeiros que atuaram na formação da Universidade de São Paulo (USP), destacam Queiroz (1983; 1994), Celeste Filho (2009) e Oliveira (2017). Também houve pesquisadores estrangeiros não vinculados às universidades brasileiras que realizaram importantes pesquisas sobre os brasileiros, como descreveram Braga (2000), Healey (1996), Mendonça (2001c), Pereira (1994), Rossi (2020) e Vilas Boas (2000).

A institucionalização da ciência da religião no Brasil

As pesquisas selecionadas acima, em sua maioria, foram publicadas em um momento anterior à institucionalização da disciplina ciência da religião no país. Neste item do artigo, abordaremos aspectos relativos ao contexto político, social, institucional e religioso que envolveram o processo de institucionalização da disciplina no Brasil.

A fase formativa

Acompanhando a proposta de Silva (2021; 2022), a fase formativa da ciência da religião no Brasil teve início com a criação do colegiado de ciência da religião, conforme nomenclatura atual, na UFJF, em 1969 (Pieper, 2019), e pode ser demarcada pelo seminário organizado pelo mesmo programa no ano 2000. Esse evento contou com a participação de vários docentes que, à época, atuavam nos programas de pós-graduação de teologia e de ciência da religião (Teixeira, 2001).

A fase formativa esteve marcada pela forte aproximação com a teologia (Dreher, 2011), o que chegou a ser objeto de discussão naquele seminário, e que se pode observar no período subsequente (Camurça, 2008). Por força das pressões externas, exercidas por órgãos governamentais, foi exigida uma melhor delimitação disciplinar entre as disciplinas ciência da religião e teologia, com demarcações fronteiriças mais bem definidas em relação às questões teóricas e metodológicas (Teixeira, 2018).

O passo inaugural da institucionalização – UFJF

O caso da UFJF foi um laboratório de experimentações para a consolidação da ciência da religião no país. A história do departamento reflete questões próprias do desenvolvimento da disciplina, seja por certo nível de indefinição teórico-metodológica nos anos iniciais, seja pela ausência de formação específica de boa parte do corpo docente, advindo de outras disciplinas ou áreas, mas também por estar marcada pelo

reconhecimento limitado da disciplina entre os pares no meio acadêmico e a desconfiança de instituições eclesiais e teológicas.

De modo geral, do ponto de vista externo, o processo de institucionalização da ciência da religião teve início numa época marcada pela ditadura militar, o que provocou diferentes níveis de influência sobre o setor universitário brasileiro (Silva Filho, 1992; Martins, 2009). Do ponto de vista interno, foi comum a esse período o vínculo de docentes *insiders*, vinculados a instituições eclesiais, marcados por “ideais de libertação social e valorização da religiosidade popular” (Guerrero, 2019, p. 14). Diferentes autores (Gross, 2012; Baptista, 2014; Susin, 2013), destacam da teologia da libertação o seu mérito em recolocar a teologia em discussão no âmbito público por meio de um projeto social emancipatório. Algumas das pessoas pesquisadoras daquele período encontraram na ciência da religião o lugar ideal para a pesquisa sobre religião (Dreher, 2001, Gross, 2012; Ferreira, Senra, 2012). Para Dreher (2001), o estudo interdisciplinar sobre religiões no Brasil se beneficiou do modelo que varia entre aliança e complementariedade autônoma entre a teologia (em especial a teologia da libertação) e as ciências sociais.

A conjugação desses fatores internos e externos contribuiu para a estruturação da disciplina, e oferece uma chave de leitura, tanto acadêmica quanto religiosa, segundo Dardeau (2003), para esse processo. Estamos falando de pesquisadores afastados de suas igrejas ou do ambiente universitário em função do golpe militar de 1964. O ambiente de pesquisa, além de se configurar como local de pesquisa independente, foi espaço de resistência frente à ditadura militar.

O primeiro movimento a favor da institucionalização é devido ao professor, moralista e sacerdote da Congregação do Santíssimo Redentor (CSsR) Jaime Snoek (1920-2013), holandês que também foi o fundador da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Foi nessa faculdade que o primeiro departamento de ciência da religião iniciou as suas atividades. Segundo Faustino Teixeira (2012), Jaime Snoek, em 1953, após defender doutorado pela Pontifícia Universidade de São Tomás de Aquino, em Roma, passou a atuar em Juiz de Fora. Snoek foi professor de ética geral, e atuou no Grupo de Estudos para a Reforma Universitária (GERU) da UFJF.

Na proposição, liderada por Snoek, previa-se a criação de um instituto de teologia. A iniciativa se viu frustrada na sua formulação original, pois um parecer do Conselho Federal de Educação, hoje Conselho Nacional de Educação (CNE), tendo Newton Sucupira (1920-2007) como relator, foi o que deu origem ao primeiro departamento de ciência da religião no Brasil. O Parecer 190/68, assinado por Sucupira, pode ser considerado a “certidão de nascimento das Ciências da Religião no Brasil” (Pieper, 2018, p. 235).

Nos anos que se seguiram, e enfrentando inúmeras resistências internas e externas (Senra, Castro, Bertante, 2024), foram criados o colegiado, em 1969, o departamento, em 1971, o curso de graduação (1974, com o primeiro vestibular em 1976). Disputas eclesiais e acadêmicas documentadas por Teixeira, 2012; Pieper, 2018; Senra, Castro, Bertante, 2024, levaram à suspensão de novas entradas a partir de 1977. No foco de todas as contendas estava a indefinição disciplinar, tanto teórica quanto metodológica, entre um curso de ciência da religião e uma formação em teologia, o que, segundo

Valle (2019), demonstrou certo desconhecimento do estado da arte quase centenário da ciência da religião nos países europeus. Considerando o funcionamento atual, o departamento de ciência da religião conta com o curso de especialização, iniciado em 1991; de mestrado, desde 1991; de doutorado, desde 1999 e o curso de graduação, em funcionamento desde 2012 (Pieper, 2019).

Na próxima seção abordaremos a criação e institucionalização dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em ciências da religião no Brasil, com destaque para os programas da PUC-SP, Umesp, UFJF e PUC-GO, tendo em vista que esses programas foram criados na fase formativa da disciplina.

Retomada pela pós-graduação em ciência da religião

Considerando as dificuldades vividas no momento inaugural da institucionalização da disciplina, ocorrido em Minas Gerais, maior êxito se observa quando foram criados, na PUC-SP e na Umesp, os primeiros programas de pós-graduação, no apagar das luzes da década de 1970. O país vivia havia mais de uma década sob a ditadura militar, tendo sido criados a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). A formação pós-graduada estava organizada segundo o Parecer CES/CFE nº 977/65, o Parecer Newton Sucupira (Alves; Oliveira, 2014).

O processo de consolidação por meio da pós-graduação, como lembra Mendonça (2001a), parece problemático. A ausência dos fundamentos científicos oferecidos na graduação é citada pelo professor como um dos motivos da falta de consistência nos cursos de pós-graduação. Esse problema ainda não parece resolvido, embora existam dezenas de cursos de bacharelado e licenciatura, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade EAD, inclusive em universidades públicas (Pieper, 2019). Como veremos na sequência, concordando com Mendonça, faltou à organização disciplinar da ciência da religião uma compreensão de sua fundamentação, mas ocorreu de modo circunstancial, sem análise dos seus pressupostos e sem reflexão sobre o estatuto teórico-metodológico da disciplina (Valle; Queiroz; Mendonça, 2007).

Essa falta de fundamentação inicial, a despeito do importante processo que se deu no surgimento dos programas pioneiros, bem como nos anos iniciais das principais associações científicas, promoveu diversos debates sobre aspectos epistemológicos que se seguiram pelos anos formativos da disciplina, e ainda perduram em nossos dias.

Segundo Edênio Valle, três foram os principais fatores para a pós-graduação em ciências da religião no Brasil: 1) unificação dos estudos da religião frente à fragmentação das pesquisas entre diversas áreas como a psicologia, sociologia e antropologia; 2) análise interdisciplinar da religião por meio de um esforço coletivo e dialogal abrangente; 3) o crescente pluralismo religioso brasileiro a demandar análises para além da teologia (Valle; Queiroz; Mendonça, 2007).

O relato da criação do Programa de Estudos Pós-graduados em ciência da religião (nomenclatura atual) é descrito por João Edênio Reis Valle (2019) em *O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da PUC-SP: da sua pré-história à progressiva*

evolução e maioridade. A título de contexto, o professor Edênio destaca toda “uma ‘pré-história’ no processo que levou à criação do Programa” (Valle, 2019, p. 307). Esses elementos, em parte como resposta pastoral às pressões da ditadura militar, passaram por aspectos eclesiais no âmbito da igreja católica romana, transcorridos ao longo dos anos 1970. Nesse artigo, Valle destaca aspectos intraeclesiais atinentes à dinâmica da universidade católica como o *Documento de Buga*, surgido em 1967 e, no ano seguinte, o documento resultante da *Conferência de Medellín*, ambas iniciativas para adaptar as propostas do Concílio Vaticano II à realidade do continente latino-americano. Esse contexto confluiu na criação do departamento de teologia da PUC-SP, e ganhava expressão na disciplina *Problemas filosóficos e teológicos do homem contemporâneo* (Valle; Queiroz; Mendonça, 2007). Essa disciplina viria a desempenhar um papel importante na motivação de docentes e discentes da universidade com relação ao aprofundamento dos estudos realizados no âmbito dos diferentes cursos de graduação. Valle pondera que a criação do programa surgiu como uma solução viável à separação entre a faculdade de teologia e a PUC-SP, não obstante o fato de já existirem, na universidade, outros programas que pesquisavam sobre religião nas áreas de ciências sociais, história e filosofia.

Como no caso de Juiz de Fora, a questão do estudo da religião suscitou dúvidas nos órgãos governamentais quanto à distinção entre teologia e ciência da religião, além da questão da validade acadêmica dos estudos da religião, ainda que os estudos científicos da religião existissem houvesse quase um século em diferentes universidades europeias. Como no caso mineiro, no início do programa da PUC-SP também podem ser observados problemas estruturais para o funcionamento do novo curso, a ausência de discussões teórico-metodológicas sobre a disciplina, a frágil distinção entre teologia e ciência da religião, a carência de formação específica do corpo docente, além de uma vaga compreensão sobre o perfil dos estudos interdisciplinares (Ferreira, Senra, 2012; Senra, 2015; Valle, 2019; Guerriero, 2019). As dificuldades foram sendo superadas ao longo dos anos, reformulações epistemológicas foram levadas a cabo e novos docentes, inclusive com formação específica, conferiram uma base sólida ao primeiro programa de ciência da religião no Brasil.

Quanto ao segundo programa brasileiro de pós-graduação em ciências da religião, com funcionamento em São Bernardo do Campo, desde 1979, na Umesp, igualmente encontramos o seu momento inaugural na faculdade de teologia da igreja metodista, tendo sido elaborado como mestrado em teologia (Higuet, 2012; Valle; Queiroz; Mendonça, 2007; Mendonça 2001b). Os autores reconhecem que não havia diferenciações epistemológicas entre os perfis da ciência da religião e da teologia. Mendonça (2008) destaca ainda o foco do programa no tema do ecumenismo; a fragilidade na reflexão e crítica epistemológica sobre a disciplina; a inexistência de docentes com formação em ciência da religião, sendo todos formados em teologia; além da forte dependência da instituição confessional. O ingresso do curso nos sistemas de avaliação e os reflexos da organização colegiada dos programas são identificados por Mendonça como impulsionadores do debate a respeito da diferenciação disciplinar da ciência da religião. Apesar de crises institucionais na fase inicial, o programa logo implementou, já em 1990, o seu curso de doutorado, o primeiro em ciência da religião no país. A

Umesp estabeleceu convênios com instituições de ensino superior (IES) nacionais e com organismos eclesiais internacionais para consolidar a sua proposta.

Entendemos ser importante destacar que o programa da Umesp atuou, junto aos demais programas existentes à época, na criação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Teologia e Ciências da Religião (Anpter), tendo recebido, em 1993, a primeira reunião com docentes e representantes dos dois outros programas de ciências da religião existentes (PUC-SP e UFJF), além dos programas de teologia (PUC-Rio, PUC-RS e Faculdades EST). Um segundo encontro ocorreu em 1995, na UFJF, quando se deu a efetiva fundação da associação que visava, segundo Dreher (2001), fomentar a cooperação mútua, a organização interna e a autorreflexão teórica. A Anpter representa, especificamente, enquanto organização da pós-graduação, uma primeira iniciativa da área que hoje está estabelecida no Sistema Nacional de Pós-graduação como área de avaliação autônoma (Senra, 2016).

Segundo Mendonça (2008), essa organização fora motivada pelo professor Ricardo Terra, do departamento de filosofia da USP, que atuava na época como presidente da comissão de avaliação da área de filosofia/teologia na Capes. Embora essa primeira associação não tenha prosperado institucionalmente, um fórum permanente, formado por coordenações dos programas, relançou as bases para a criação da Anptecre. A nova associação teve como primeiro presidente eleito um docente que então estava vinculado à Umesp, o professor Antônio Carlos de Melo Magalhães. O presidente precisou declinar da tomada de posse em virtude da sua mudança de área de atuação. O inesperado fato levou a Anptecre a escolher aquele que atuou, de forma efetiva, como o seu primeiro presidente do conselho diretor, o professor João Edênio Reis Valle (PUC-SP), acompanhado do professor Paulo Afonso Araújo (UFJF), como vice-presidente, e do professor Wilhelm Wachholz (Faculdades EST), como secretário geral.

De 1985 a 2000, compreendendo a fase formativa da institucionalização da ciência da religião no país, tivemos a criação de três das atuais associações mais destacadas da área de avaliação. Dez anos antes da criação da Anpter, em 1985, foi fundada a Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (Soter). Destaque-se, contudo, que a Soter conta com a associação majoritária de teólogos, teólogas e cientistas da religião de confissão católica romana, adeptos, em sua maioria, das teologias contextuais e em diálogo com as ciências sociais.

No mesmo ano de 1995, o ano de criação da Anpter, a XXIX Assembleia Ordinária do Conselho de Igrejas para o Ensino Religioso (CIER), orientada por sua experiência ecumênica, propôs a criação do Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso (Fonaper). Por sua vez, quatro anos após a fundação do Fonaper e da Anpter, em 1999, surgia a Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR), formada por docentes pesquisadores e pesquisadoras de religião com atuação em programas de pós-graduação em história, ciência da religião, psicologia, filosofia e ciências sociais.

Antes, porém, de avançarmos para o próximo e último programa criado na fase formativa da disciplina, destacamos que o ano de 1999 foi particularmente importante para os cursos de teologia do país. Embora o nosso interesse aqui esteja concentrado nos programas vinculados à disciplina ciência da religião, esse é um fator que interessa ao debate epistemológico do nosso campo.

Sabedores de que alguns programas não se consolidaram como cursos de teologia, alegando o não reconhecimento da disciplina pelos órgãos governamentais, o Parecer 241/99 do MEC, que reconheceu os cursos de graduação em teologia no Brasil, aponta para um novo cenário desde então (De Mori, 2011). Por fim, também destacamos a criação da licenciatura plena em ciências da religião na Universidade do Estado do Pará (UEPA), na região amazônica brasileira, trazendo a formação de docentes de ensino religioso para a esfera acadêmica e universitária (Conceição, 2012).

Ao final da década de 1990, finalizando o período que Silva (2022) identifica como o da fase formativa da institucionalização da ciência da religião brasileira, foi aprovado um novo curso de mestrado em ciências da religião. A Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), nomenclatura atual da então Universidade Católica de Goiás, sedia o último dos programas criados nesta fase formativa da institucionalização da disciplina. Trata-se do primeiro e ainda o único programa de ciências da religião do Centro-Oeste, aprovado em 1999. Como os anteriores, o programa surge da experiência do seu corpo docente na graduação em teologia. A proposta, com foco nas expressões religiosas regionais e na relação entre religião, expressa o engajamento religioso e político do seu corpo docente. Tendo a formação do seu corpo docente um pouco mais diversificada que os programas existentes, incluindo pessoas com doutorado em ciências da religião na sua composição inaugural, o novo programa sinalizava para uma diversidade de abordagens do religioso. Do ponto de vista institucional, a criação do programa acompanha um processo mais amplo de expansão da pós-graduação *stricto sensu*, tendo sido a consolidação da graduação em teologia um ponto de partida para esse novo programa. Alberto da Silva Moreira, Carolina Teles Lemos, Haroldo Reimer evidenciam o quanto essa relação acabou por ser objeto de uma visita de diligência por uma equipe de consultoria da Capes. A diligência teve por objetivo que “ficasse maximamente explícita a não centralidade da abordagem teológica, evitando qualquer aspecto que pudesse ser considerado fusão ou confusão com a pertinência teórica da Teologia” (Moreira; Lemos; Reimer, 2012, p. 326). Vê-se, nessa iniciativa, uma preocupação da comissão com relação à especificidade teórica e metodológica entre as disciplinas de teologia e ciências da religião. Desde 2007, o programa conta com o doutorado em ciências da religião.

Por meio da pós-graduação *stricto sensu*, o processo de institucionalização da ciência da religião obteve seu reconhecimento acadêmico, proporcionando estudo autônomo, interdisciplinar e científico de seu objeto: a religião ou as religiões. Os pioneiros partiram do pressuposto de que o estudo assim orientado e com uma metodologia adequada forneceria ao objeto um conhecimento de perfil acadêmico que pode ser compreendido como: [...] discurso regrado e coerente, que explicita seus pressupostos e que controla e justifica seus procedimentos, e se aplica, em vários níveis de aproximação, a um fato, experiência ou realidade cultural/espiritual específicos [...] (Dreher, 2001, p. 163).

O marco dessa fase de institucionalização foi o seminário promovido pela Anpter, ocorrido na UFJF, em outubro de 2000. Resultante do evento, a publicação do livro *A(s) Ciência(s) da Religião no Brasil: afirmação de uma área acadêmica*, tornou-se uma obra paradigmática para a área e que marcou o início de uma sistematização dos debates epistemológicos sobre a ciência da religião no Brasil (Sampaio, 2019). O seminário,

além de ter sido um importante espaço de autorreflexão metodológica e epistemológica, foi um indicador da consolidação da fase inicial da disciplina (Teixeira, 2001).

O evento contou com a participação de pesquisadores, pesquisadoras, docentes e discentes dos programas de pós-graduação em ciência da religião. Para o organizador, a proposta foi “reunir alguns pesquisadores e alunos dos programas de ciência ou ciências da religião recomendados pela Capes para trabalhar a questão da afirmação desta área no Brasil, a sua pertinência e os seus desafios” (Teixeira, 2001, p. 9).

Foram discutidos, segundo Senra (2016), os seguintes temas: 1) epistemologia da área; 2) autorreflexão teórica; 3) contribuições dos cientistas sociais da religião; 4) relação entre teologia e ciências da religião. O seminário buscou discutir os fundamentos das ciências da religião e demonstrar qual seria o seu lugar, pertinência e desafios diante da academia brasileira. O seminário da UFJF, assim como a obra produzida a partir de sua realização, foi um marco das discussões epistemológicas das ciências da religião no Brasil. Ao final do ano 2000, o Programa de Pós-Graduação em ciência da religião da UFJF obteve aprovação para o seu curso de doutorado, o primeiro da universidade.

A expansão da ciência da religião no Brasil

A partir do ano 2000, ocorreu um processo de expansão das atividades e dos programas *stricto sensu* e de graduação em ciência da religião no país. Esse processo promoveu a intensificação do debate sobre questões teóricas e metodológicas documentado por meio da produção bibliográfica e técnica. Desse material, destacamos, a partir de 2005, o lançamento da *Coleção Repensando a Religião: O que é Ciência da Religião?* (Greschat, 2005), *Constituintes da Ciência da Religião: cinco ensaios em prol de uma disciplina autônoma* (Usarski, 2006), *O crescimento do cristianismo: um sociólogo reconsidera a história* (Stark, 2006), *O espectro disciplinar da ciência da religião* (Usarski, 2007), *Ciências sociais e ciências da religião: polêmicas e interlocuções* (Camurça, 2008), *Uma teoria da religião* (Stark; Bainbridge, 2009), *História das religiões: perspectivas histórico-comparativas* (Agnolin, 2013). Também é importante citar contribuição de outras traduções, como por exemplo: *Introdução à ciência da religião* (Hock, 2010) e *A ciência das religiões* (Ries, 2019). Devem ser mencionadas as contribuições de obras como: *Sociologia da religião* (Teixeira, 2003), *Teologia e ciências da religião* (Cruz; De Mori, 2011), *Compêndio de ciência da religião* (Passos; Usarski, 2013), *A dimensão teórica dos estudos da religião* (Silveira; Moraes Júnior, 2017), *Epistemologias da religião e relações de religiosidade* (Costa; Ecco; Martins Filho, 2017), *Como estudar as religiões* (Silveira, 2018), *A epistemologia das ciências da religião: pressupostos, questões e desafios* (Senra; Campos; Almeida, 2020), *Dicionário de ciência da religião* (Usarski; Teixeira; Passos, 2022), *Ciência da religião: contexto e pressupostos* (Silva, 2022), *Antropologia da religião* (Teixeira; Meneses, 2023)

Quanto aos programas, essa fase de expansão, iniciada no ano de 2001, foi inaugurada pelo curso de doutorado da PUC-SP. Guerriero (2019) destaca que o curso é resultado da nova estrutura curricular adotada a partir de 1993, com ênfase na questão interdisciplinar. Alguns anos mais tarde, em 2013, o programa se destaca no debate

teórico e metodológico da ciência da religião no país. Por iniciativa de docentes da PUC-SP, João Décio Passos e Frank Usarski, foi organizado e publicado o *Compêndio de ciência da religião*, que contou com a colaboração de 52 pesquisadores e pesquisadoras com atuação nos estudos de religião no país e no exterior. A obra foi laureada com o Prêmio Jabuti em 2014, ficando em 3º lugar na categoria ciências humanas. Segundo Dilaine Sampaio (2019), trata-se de uma obra de referência para a disciplina ciência da religião. Mais recentemente, do mesmo programa, uma nova obra de grande impacto para a disciplina veio à luz. Trata-se do *Dicionário de ciência da religião*, publicado em 2022, o primeiro do gênero em língua portuguesa.

Na sequência, identificamos brevemente cada um dos novos Programas que foram surgindo nas mais de duas décadas a serem consideradas até o presente. O ano de 2002, por exemplo, viu surgir, na Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em ciências da religião, com o curso de mestrado. O professor Antônio Gouvêa Mendonça, que havia participado da criação do Programa da Umesp, colaborou na comissão presidida por Osvaldo Henrique Hack (Valle; Queiroz; Mendonça, 2007).

O programa mantinha estudos na linha da teologia calvinista, estudos sobre a Reforma e sobre os reformadores. Por decisão da comissão da área, foi recusado o projeto original para um curso de teologia, tendo sido orientado a criação de um curso de mestrado ciências da religião. Não deve surpreender que, como nos demais programas, não se observa também nesse caso uma reflexão teórica e metodológica a orientar a proposta numa perspectiva disciplinar da ciência da religião. O desejo frustrado de ser aberto um curso de teologia se repete no caso da Mackenzie, assim como ocorreu nos cursos da etapa inicial de institucionalização da disciplina ciência da religião no país. O programa teve as suas atividades encerradas em 2020, após formar diferentes turmas ao longo dos seus 18 anos de existência.

A Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), no ano de 2005, teve criado o seu Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em ciências da religião, com o curso de mestrado, sendo o primeiro a ser aberto a região Nordeste. Docentes, majoritariamente formados em teologia, davam sustentação à proposta, confirma Gilbraz Aragão (2012). Em 2015, a Unicap deu início ao seu doutorado e, em 2018, teve autorizado o curso de licenciatura em ciências da religião na modalidade EaD.

No ano de 2007 foi criado o segundo Programa de Pós-Graduação na região Nordeste, com a nomenclatura ciências das religiões, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), curso de mestrado. Contudo, como destacam Neide Miele e Fabrício Possebon (2012), o processo de criação do curso de ciências das religiões teve início em 1994, quando a disciplina *Religião e sociedade* foi ofertada como componente curricular optativo para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia, lotado no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Como destacam Doracy Rocha Lopes, Sylvania Maria Silva e Eunice Simões Lins Gomes, em 2005, com o objetivo de formar docentes para o ensino religioso, em parceria com o Centro de Educação, criou-se o curso de especialização. Em 2009, a UFPB criou o curso de licenciatura em ciências das religiões para ampliar a sua oferta para o atendimento desse mesmo objetivo (Lopes; Silva; Gomes, 2013). Convencido tanto do pluralismo metodológico quanto do pluralismo do objeto, o

curso apresenta, em seu nome, sua “identidade” (Miele; Possebon, 2012, p. 422). Em 2015, teve início o doutorado.

O oitavo programa com curso de mestrado a ser criado em 2008, sendo o segundo em Minas Gerais, tem sede na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). O início dos trabalhos em preparação para esse momento data de 1995, quando foi ofertado o curso *lato sensu* de especialização em ensino religioso. A partir de 2005, esse curso foi alterado para especialização em ciências da religião, oferecido pelo Instituto de Educação Continuada (IEC PUC Minas). O doutorado iniciou em 2016.

No ano de 2011, doze anos após ter criado o curso de licenciatura em ciências da religião, a Universidade Estadual do Pará (UEPA), criou o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em ciências da religião, curso de mestrado, o primeiro programa da Região Norte do Brasil. O Programa tem foco nos estudos da religião na realidade amazônica. O doutorado teve início em 2024.

A Faculdade Unida de Vitória (ES) deu início, também em 2011, ao primeiro programa de pós-graduação *stricto sensu* em ciências das religiões, curso de mestrado, na modalidade profissional. Trata-se do único programa profissional no âmbito da disciplina no país. No caso de Vitória, os estudos para a criação de um programa profissional iniciaram ainda em 2008. A criação de um programa profissional atende a todo o país, considerando a sua oferta no formato modular. O doutorado profissional da Faculdade Unida de Vitória teve início em 2021.

No ano de 2014, a Universidade Federal de Sergipe (UFS) criou o Programa de Pós-Graduação em ciências da religião, curso de mestrado, o terceiro na região Nordeste. A proposta de um programa em ciências da religião vinha sendo fomentada havia pelo menos dez anos na universidade. Também esse programa, assim como outros aqui mencionados, surgiu em função da demanda e da necessidade de formação adequada para docentes do ensino religioso. A UFS é uma das universidades em que a pós-graduação surgiu após a criação, em 2012, do curso de graduação em ciências da religião. Outro caso é o da UEPA, que apresentamos acima.

Também no ano de 2014 foi criado, na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMP) o Programa, com curso de mestrado. Trata-se do quarto programa criado no Estado de São Paulo, que detém um terço do total dos programas em ciências da religião. Dez anos mais tarde, em 2024, teve início o curso de doutorado.

Observa-se que, há cerca de dez anos, a ciência da religião não tem ampliado horizontalmente a sua oferta de novos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Como vimos acima, contudo, deu-se nesse período um leve crescimento vertical, na medida em que cinco dos programas existentes deram início à oferta de cursos de doutorado.

A consolidação político-acadêmica no Sistema Nacional de Pós-graduação

O ano de 2016 representou um marco tanto para a consolidação da disciplina ciência da religião quanto da disciplina teologia no Brasil. Até então, os programas de pós-graduação dessas disciplinas compunham uma subcomissão na área de avaliação filosofia/teologia.

Ao surgir como área de avaliação autônoma, hoje nomeada como “Ciências da Religião e Teologia”, a área contava com 21 programas de pós-graduação *stricto sensu*, sendo doze programas vinculados à disciplina ciência da religião e nove programas vinculados à disciplina teologia. Naquele momento, a área de avaliação contava com 307 docentes, com uma assimetria de gênero da ordem de 82% de docentes do sexo masculino. Dos 244 docentes cadastrados como permanentes no conjunto da área, 147 atuavam em programas de ciência da religião.

Como destaca Fábio Stern (2018), após consulta a lideranças da área, as primeiras manifestações em favor da emancipação da subcomissão de teologia datam de 2005. Contudo, esse movimento já pode ser identificado de forma sutil no início dos anos 1990 e esteve presente na motivação para criação da Anpter, como mencionamos acima através do relato do professor Mendonça (2008).

A Anptecre, sob a presidência do professor João Edênio Reis Valle, em 2009, iniciou um processo de negociação junto à Capes. Foi constituída uma comissão e o projeto foi levado ao Conselho Técnico-Científico da agência. Essa iniciativa se viu frustrada face à não aprovação do projeto.

Consideramos importante destacar que, na avaliação trienal de 2010, relativa ao período 2007-2009, já se fazia notar a expectativa de consolidação dos programas no período subsequente. Na posse dos novos coordenadores de área de avaliação, ocorrida em junho de 2011, os professores Marcelo Perini (PUC-SP) e Luiz Bernardo Leite Araújo (UERJ), coordenador e coordenador-adjunto da área filosofia/teologia, respectivamente, indicavam em sua apresentação, entre os desafios de médio e longo prazo, a “autonomia da subárea Teologia-Ciências da Religião”.

Na avaliação trienal 2013, e durante os anos que a antecederam, o professor Haroldo Reimer, da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e da PUC-Goiás, atuou como coordenador-adjunto *ad hoc* da subcomissão teologia. O coordenador-adjunto de mestrado profissional era o professor Remi Klein (Faculdades EST). O relatório da avaliação trienal de 2013, assinado pelos coordenadores-adjuntos acima indicados, e pelo então coordenador da área filosofia/teologia, professor Danilo Marcondes de Souza Filho, da PUC-Rio, assinalava o seguinte: “Há aspiração em constituição da *área* própria na CAPES, dentro do *código 44*, propondo-se a nomenclatura de Ciências da Religião e Teologia, conforme proposição a partir do Seminário de coordenadores” (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2013, destaques nossos).

O relatório informa o aumento numérico de programas; o crescimento da produção intelectual, tanto de docentes quanto de discentes; um maior número de defesas de dissertações e teses; ampliação das propostas de cursos novos e organização de Projetos de Cooperação entre Instituições para Qualificação de Profissionais de Nível Superior (PCI), à época identificado como Minter e Dinter. Todo esse crescimento se notava no conjunto do que o relatório nomeia como *área*. Observe-se que o relatório já se refere à subcomissão como *área* e que também se dá conta da preexistência do código identificador, o número 44, utilizado para identificar a área de avaliação no SNPG.

Na Anptecre, os biênios 2010-2012 e 2012-2014 contaram com a liderança dos professores Flávio Senra (PUC-Minas), Gilbraz Aragão (Unicap) e Wilhelm Wachholz (Faculdades EST), respectivamente, presidente, vice-presidente e secretário geral. No

período, não apenas o diálogo entre Anpctecre e Capes foi intensificado, mas também com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os diálogos com os órgãos governamentais visaram não apenas o reconhecimento da pesquisa em teologia e em ciência da religião, mas também propor uma organização acadêmica quanto ao que se entendia como área e subáreas do conhecimento. Os programas vinculados à Anpctecre decidiram pela construção de uma tabela da nova, substituindo aquela que havia, pois atendia apenas a subáreas da disciplina teológica. Com trabalhos liderados por Luís Henrique Dreher (UFJF), presidente do conselho científico, tendo sido a comunidade ouvida amplamente, a Anpctecre aprovou a nova árvore do conhecimento, com subáreas listadas horizontalmente, a partir de uma lógica simétrica e sem hierarquias (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião, 2012). Associações como Soter e ABHR se uniram à Anpctecre na solicitação para que o CNPq reconhecesse a proposta.

Quadro 1. Árvore do conhecimento

SUBÁREA	TEMAS CORRELATOS	SUBÁREA	TEMAS CORRELATOS
Epistemologia das ciências da religião	Reflexão teórico-metodológica ou metateó-rica; abordagens filosóficas sobre o concei-to/definição de religião ou sua negação; psicologia da religião e fenomenologia da religião – em sentido sistemático.	Teologia fundamental-sistemática	Fundamentação da teologia e seu desen-volvimento coerente (sistemático); exposição do dogma (aspecto querigmá-tico); defesa ou clarificação atualizada das doutrinas religiosas, espiritualidades, tradições de sabedoria específicas à tradição (aspecto apologético); teologia política, teologia filosófica; filosofia da religião.
Ciências empíricas da religião	Fenômenos religiosos, espiritualidades, tradições de sabedoria ou filosofias de vida no “campo”; disciplinas “... da religião”, em diálogo com teorias e métodos de outras ciências constituídas: Sociologia..., Antropologia..., Psicologia..., História..., Geo-grafia ..., Fenomenologia.... – em sentido descritivo.	História das teologias e religiões	Estudo histórico de ideias e doutrinas religiosas, espiritualidades, tradições de sabedoria (história intelectual), de sua(s) expressão(ões) ou arraigamento sociocultural.
Ciência da Religião aplicada	Religião e espaço público, política, ética, saúde, ecologia, culturas; temas associados à diversidade, respeito e tolerância; diálogo inter-religioso; educação e religião.	Teologia prática	Psicologia pastoral, teologia e saúde, ecoteologia, fé e política, homilética, relação entre teologia/ culto/práxis, missão e inculturação, inclusão e direitos humanos, teologia e sociedade, ação, experiência e conhecimento prático, educação na respectiva tradição.
Ciências da linguagem religiosa	Métodos e fontes para o estudo das religiões, espiritualidades ou tradições de sabedoria, de suas línguas naturais, de seu vocabulário e gramática; relações entre linguagem religiosa, linguagem artístico-literária e linguagem em geral.	Tradições e escrituras sagradas	Escrituras sagradas e relatos da tradição oral das diversas tradições religiosas, espiritualidades, tradições de sabedoria.

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2019.

A versão acima corresponde à versão atualização dos temas correlatos a cada subárea. Em se tratando de um processo de natureza político-acadêmica, trata-se de um documento que enseja contínua atualização e discussão. A ciência da religião no Brasil, que por diferentes motivos históricos, políticos e institucionais se vê às voltas com a teologia, no âmbito da área de avaliação tem a sua expressão atual como disciplina autônoma, mas em possível diálogo interdisciplinar. Na visão de Gilbraz Aragão (2015), trata-se de uma tensão academicamente salutar entre as disciplinas.

Por fim, uma palavra sobre o ano de 2014, quando o então presidente do conselho diretor da Anptecre foi indicado como o novo coordenador da área de avaliação filosofia/teologia para o quadriênio 2014-2018. Era a primeira vez em que um membro da subcomissão teologia coordenava a área, um trabalho exercido junto de Vinícius Berlendis de Figueiredo (UFPR), coordenador adjunto, e Remi Klein (Faculdades EST), reconduzido coordenador dos mestrados profissionais. As negociações junto da Anptecre e da Capes foram intensificadas. Em 2016 foi encaminhado um ofício ao Conselho Superior da Capes, presidido à época pelo professor Abílio Baeta Neves (UFRS/PUC-RS), que aprovou o pleito para o reconhecimento da autonomia.

Após 46 anos de atividade foi criada a área de avaliação “Ciências da Religião e Teologia”, código 44, por meio da Portaria CAPES nº 174/2016, publicada no DOU de 13 de outubro de 2016, redesignada pela Resolução nº 01, de 04 de abril de 2017, publicada no Boletim de Serviço/CAPES – Edição Especial nº 1 – abril 2017 (Senra, 2018).

A coordenação *pro tempore* foi exercida pelo professor Flávio Senra, acompanhado das professoras Mary Rute Gomes Esperandio, coordenadora adjunta (PUC-PR) e Sandra Duarte de Souza (então na Umesp, hoje na PUC-Goiás), coordenadora dos programas profissionais. O mandato se encerrou com a conclusão dos trabalhos da avaliação quadrienal, ocorrida em 2017, tendo se estendido, portanto, mais um ano do que era previsto inicialmente.

A primeira indicação para novos coordenadores de área para o quadriênio 2018-2022 reconduziu o coordenador da área, o professor Flávio Senra, e contou, como coordenadora adjunta, com a professora Dilaine Soares Sampaio (UFPB), e com o professor Claudio de Oliveira Ribeiro (UFJF) como coordenador para os programas profissionais. A área de “Ciências da Religião e Teologia” tem atualmente, como sua coordenação, a professora Carolina Teles Lemos (PUC Goiás) e os professores Abimar Oliveira de Moraes (PUC-Rio) e Iuri Andréas Reblin (Faculdades EST), coordenador adjunto e coordenador de programas profissionais.

Nesse processo pós-autonomia de área deve-se considerar a constante reflexão interna das questões epistemológicas e metodológicas (Cruz, 2013; Villas Boas, 2018). Novos horizontes se abrem a partir da autonomia da área, uma vez que, independentemente de “posicionamentos ou preferências, uma forma está posta e é fruto de praticamente meio século de caminhos trilhados e de muitos debates coletivos” (Sampaio, 2019, p. 898).

Conclusão

É de se observar o quanto o surgimento e consolidação da ciência da religião no país mantém de vínculos com os departamentos de teologia. Do primeiro movimento de institucionalização a muitos outros ao longo da história, os cursos precisaram se adaptar às orientações dos órgãos governamentais, mais do que ao seu próprio debate teórico e metodológico. Muitos programas foram criados nas dependências dos departamentos de teologia, contando com boa parte do seu corpo docente formado por teólogos e sob o pálio de instituições confessionais, mais do que em universidades públicas. Aproximando-nos do sexagésimo ano daquele movimento que anos mais tarde viria a se tornar uma disciplina reconhecida no âmbito acadêmico, podemos concluir que a ciência da religião goza de certo reconhecimento e autonomia no âmbito universitário brasileiro.

Há mais sobreamentos entre ciência da religião e teologia do que se possa considerar o mínimo razoável para um tratamento interdisciplinar. O movimento por reconhecimento de uma área de avaliação autônoma no Sistema Nacional de Pós-graduação, o modelo construído de árvore do conhecimento e a própria organização institucional em torno de uma mesma associação, faz entrever que o trabalho conjunto será de longo prazo.

No entanto, não se pode esperar por muito mais para que esteja definida uma precisa delimitação disciplinar. Do ponto de vista metodológico, há que se reforçar o critério de não normatividade da disciplina ciência da religião, suas abordagens fundadas na empiria e na sistematização, e a independência de quaisquer compromissos confessionais. A relação que se constrói pode, certamente, ser de cooperação, de complementaridade e de interdisciplinaridade. Contudo, deve-se estar atento para evitar qualquer tipo de dependência ou sobreposição de perfil epistemológico.

Procuramos demonstrar nesse artigo o quanto os cursos e programas de ciência da religião, no âmbito da área de avaliação, são resultado de diferentes fatores históricos, políticos, institucionais e religiosos. Nesse sentido sustentamos uma ciência da religião à brasileira.

Abordamos acima a trajetória da disciplina, desde a etapa dos estudos anteriores institucionalização ao período atual em que, junto da teologia, se vê reconhecida em uma área de avaliação. O artigo abordou os estudos científicos pré-institucionais e a institucionalização da disciplina no país. A institucionalização foi inicialmente tratada com foco no processo ocorrido na UFJF, seguida da institucionalização através da pós-graduação, considerados os programas da UFJF, PUC-SP, Umesp e PUC-Goiás. Prosseguimos tratando da expansão da ciência da religião, considerando o movimento de organização político-acadêmico em torno de associações, eventos, publicações e, como necessário, da consolidação da própria pós-graduação no âmbito da disciplina na área de avaliação “Ciências da Religião e Teologia”. Um tema transversal, do qual não há como escapar quando se trata da disciplina ciência da religião no Brasil, diz respeito às suas relações e interdependência com a disciplina teologia. Além disso, privilegiamos identificar, sempre que possível a participação de vários personagens que deram forma aos anseios da comunidade acadêmica formada por cientistas da religião no país.

Referências

- AGNOLIN, Adone. História das religiões: perspectiva histórico-comparativa. São Paulo: Paulinas, 2013.
- ALVES, Leonardo Marcondes. O mundo interior de Farias Brito: ensaios e notas. 2016. Disponível em: <https://ensaiosnotas.com/2017/01/09/o-mundo-interior-de-farias-brito/> Acesso em: 20 maio. 2024.
- ALVES, Miriam Fábria; OLIVEIRA, João Ferreira. Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Porto Alegre, v. 30, n. 2, p. 351-376, maio 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/53680>. Acesso em: 20 maio. 2024.
- ARAGÃO, Gilbraz. Ciências da Religião na UNICAP. Numen – Revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 271-294, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21854>. Acesso em: 31 mar. 2024.
- ARAGÃO, Gilbraz. Encruzilhada dos estudos de religião no Brasil. Revista de Teologia e Ciências da Religião da Unicap, Recife, v. 5, n. 1, p. 319-337, 2015. Disponível em <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/theo/article/view/668>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO. Relatório. Aprovado na Assembleia da ANPTECRE em 08 maio 2012. São Paulo: ANPTECRE, 2012. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/367327253/ANPTECRE-Relatorio-Sintese-Arvore-Do-Conhecimento>. Acesso em: 01 jun. 2024.
- AZEVEDO, Thales. O catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social. Salvador: Edufba, 2002.
- BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira. Religião, política e Teologia da Libertação: trajetória e desafios. Revista Pistis & Praxis Teologia Pastoral, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 229-254, 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/pistispraxis/article/view/13088/12515>. Acesso em: 17 abr. 2024.
- BRAGA, Maria Lúcia de Santana. A recepção do pensamento de Roger Bastide no Brasil. Sociedade e Estado, Brasília, v. 15, n. 2, p. 331-360, 2000. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/44601>. Acesso em: 31 mar. 2024.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; RICARDO, Carlos Alberto. Duglas Teixeira Monteiro (1926-1978). Anuário Antropológico. Brasília, v. 3, n. 1, p. 387-393, 1979. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6072>. Acesso em: 05 abr. 2024.
- BRITO, Raimundo Farias. O mundo interior. Edições do Senado Federal: Brasília, v. 52, 2006. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/519118/MundoInterior.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2024.

CAMURÇA, Marcelo. Ciências Sociais e Ciências da Religião: polêmicas e interlocuções. São Paulo: Paulinas, 2008.

CELESTE FILHO, Macioniro. Os primórdios da Universidade de São Paulo. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 9, n. 1 [19], p. 187-204, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38562>. Acesso em: 01 jun. 2024.

CONCEIÇÃO, Douglas. Perspectivas investigativas da religião na Amazônia: reflexões sobre a emergência do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade do Estado do Pará. *Numen – Revista de estudos e pesquisa da religião*, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 295-318, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21853>. Acesso em: 31 mar. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR CAPES. Documento de área e comissão Filosofia e Teologia. 2013. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/copy_of_Filosofia_Teologia_doc_area_e_comisso_21out.pdf. Acesso em: 1 jun. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR CAPES. Documento de área: área 44 Ciências da Religião e Teologia. 2019. Disponível em: https://www.apes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/ciencia_religiao_teologia.pdf. Acesso em: 01 jun. 2024.

COSTA, Celma Laurinda Freitas; ECCO, Clóvis; MARTINS FILHO, José Reinaldo F (Org.). *Epistemologias da religião e relações de religiosidade*. Curitiba: Prismas, 2017.

CRUZ, Eduardo. Estatuto Epistemológico da Ciência da Religião. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (Org.). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo, Paulus/Paulinas, 2013, p. 37-49.

DALGALARRONDO, Paulo. Estudos sobre religião e saúde mental realizados no Brasil: histórico e perspectivas atuais. *Revista de Psiquiatria Clínica*, São Paulo, v. 34, n. [suplementar] 1, p. 25-34, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-60832007000700005>. Acesso em: 31 maio. 2024.

DARDEAU, Rogério. Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais CERIS. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, v. 16, n. 2, p. 209-212, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/45202>. Acesso em: 01 jun. 2024.

DE MORI, Geraldo. Introdução. In: CRUZ, Eduardo; DE MORI, Geraldo. *Teologia e Ciências da Religião: a caminho da maioria acadêmica no Brasil*. São Paulo: Paulinas; Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011. p. 7-14.

DREHER, Luiz Henrique. Ciência(s) da Religião: teoria e pós-graduação no Brasil. In: TEIXEIRA, Faustino (Org.). *A(s) Ciência(s) da Religião no Brasil: afirmação de uma área acadêmica*. São Paulo: Paulinas, 2001. p. 151-178.

DREHER, Luiz Henrique. Diálogos e reflexões: teologia e ciência da religião no Brasil. [Entrevista cedida a] Micael Vier Behs. *Protestantismo em Revista*, São

Leopoldo, v. 26, p. 156-166, set.-dez. 2011. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/233>. Acesso em: 05 jun. 2024.

FACÓ, Rui. Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976.

FERREIRA, Amauri Carlos; SENRA, Flávio. Tendência interdisciplinar das Ciências da Religião no Brasil. O debate epistemológico em torno da interdisciplinaridade e o paralelo com a constituição da área no país. *Numen – Revista de estudos e pesquisa da religião*, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 249-269, 2012. Disponível em: <<http://numen.ufjf.emnuvens.com.br/numen/article/view/1729/1446>> Acesso em 31 mar. 2024.

FERRETI, Sérgio Figueiredo. Nina Rodrigues e as religiões afro-brasileiras. *Caderno de Pesquisa*, São Luís, v. 10, n. 1, p. 19-28, 1999. Disponível em: <https://docplayer.com.br/12404193-Nina-rodrigues-e-as-religoes-afro-brasileiras.html>. Acesso em 5 maio 2024.

GODOY, João Miguel Teixeira; CARVALHO, Maria Gabriela. Cândido Procópio Ferreira: a sociologia da religião no Brasil. *Reflexus*, Vitória, v. 11, n. 18, p. 471-498, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20890/reflexus.v11i18.490>. Acesso em: 31 abr. 2024.

GRESCHAT, Hans-Jürgen. *O que é Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas, 2005.

GROSS, Eduardo. A Ciência da Religião no Brasil: teses sobre sua constituição e seus desafios. In: OLIVEIRA, Kathlen Luana; REBLIN, Iuri Andréas; SCHAPER, Valério Guilherme; GROSS, Eduardo; WESTHELLE, Vítor (Org.). *Religião, política, poder e cultura na América Latina*. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2012, p. 13-24. Disponível em: https://www.academia.edu/69355087/Religi%C3%A3o_pol%C3%ADtica_poder_e_cultura_na_Am%C3%A9rica_Latina. Acesso em: 31 mar. 2024.

GUERRIERO, Silas. Ciência da Religião na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: demarcações curriculares de uma concepção. *Rever: Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 13-23, maio, 2019. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/rever/article/view/45146>. Acesso em: 31 mar. 2020.

GUTMAN, Guilherme. Raça e psicanálise no Brasil. O ponto de origem: Arthur Ramos. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 711-728, dez. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-47142007000400014&script=sci_arttext. Acesso em: 23 mar. 2024.

HEALEY, Mark. Os desencontros da tradição em Cidade das Mulheres: raça e gênero na etnografia de Ruth Landes. Tradução de Marko Monteiro. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 6-7, p. 153-200, 1996. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1865/1986>. Acesso em: 23 mar. 2024.

HIGUET, Etienne Alfred. Reformulação do programa de pós-graduação em ciências da religião da Universidade Metodista de São Paulo: aspectos históricos e

epistemológicos. *Numen – Revista de estudos e pesquisa da religião*, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 343-375, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21865>. Acesso em: 31 mar. 2024.

HOCK, Klaus. *Introdução à ciência da religião*. São Paulo: Loyola, 2010.

LOPES, Doracy Rocha; SILVA, Silvania Maria; GOMES, Eunice Simões Lins. O ensino religioso em diálogo com o curso de Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba. *Reflexus*, Vitória, v. 7, n. 10, p. 27-36, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.20890/reflexus.v7i10.199>. Acesso em: 23 mar. 2024.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação Social*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000100002>. Acesso em: 23 mar. 2024.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. A cientificidade das Ciências da Religião. In: TEIXEIRA, Faustino (Org.). *A(s) Ciência(s) da Religião no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2001a, p. 103-150.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. Ciências da Religião: de que mesmo estamos falando? *História e Sociedade*, São Paulo, n. 2, p. 16-34, 2004. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/view/2314>. Acesso em 01 maio 2024.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. Comentários sobre um texto prévio de Luís Dreher: UFJF. In: TEIXEIRA, Faustino (Org.). *A(s) Ciência(s) da Religião no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2001b, p. 179-196.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. Dois pioneiros e un passeur de frontières. In: TEIXEIRA, Faustino (Org.). *A(s) Ciência(s) da Religião no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2001c, p. 251-295.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. O fim de um tempo: última aula na Pós-Graduação em Ciências da Religião, (15 de agosto de 2002). *Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, v. 22, n. 34, p. 234-248, jan. 2008. Disponível em: <file:///D:/Downloads/Dialnet-OFimDeUmTempoUltimaAulaNaPosGraduacaoEmCienciasDaR-6342551.pdf>. Acesso em: 01 maio. 2024.

MIELE, N.; POSSEBON, F. Ciências das Religiões: proposta pluralista na UFPB. *Numen – Revista de estudos e pesquisa da religião*, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 403-431, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21855>. Acesso em: 31 mar. 2024.

MOREIRA, Alberto da Silva; LEMOS, Carolina Teles; REIMER, Haroldo. Estudando a Religião no Cerrado: O Programa de Ciências da Religião da PUC-Goiás. *Numen – Revista de estudos e pesquisa da religião*, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 319-342, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21861>. Acesso em: 31 mar. 2024.

OLIVEIRA, Amurabi. Amizades e inimizades na formação dos estudos afro-brasileiros. *Latitude*, Maceió, v. 12, n. 2, p. 589-617, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/36685229/Amizades_e_inimizades_na_forma%C3%A7%C3%A3o_dos_estudos_afro_brasileiros. Acesso em: 5 maio 2024.

PASSOS, João Décio; USARSK, Frank (Org.). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2013.

PEREIRA, João Baptista Borges. Emílio Willems e Egon Schaden na história da Antropologia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.8, n. 22, p. 249-253, set. 1994. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300029. Acesso em: 25 mar. 2024.

PIEPER, Frederico. Aspectos históricos e epistemológicos da Ciência da Religião no Brasil: Um estudo de caso. *Numen – Revista de estudos e pesquisa da religião*, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 232-291, jul. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/22159>. Acesso em: 31 mar. 2024.

PIEPER, Frederico. Ciências da Religião nas universidades públicas brasileiras: modelos de implementação e desafios. *Rever: Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 15-45, maio, 2019. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/rever/article/view/45147>. Acesso em: 23 mar. 2024.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Roger Bastide, professor da Universidade de São Paulo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 215-220, 1994. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300023. Acesso em: 31 mar. 2024.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Roger Bastide. São Paulo: Ática, 1983.

RIES, Julien. *A ciência das religiões: história, historiografia, problemas e método*. Petrópolis: Vozes, 2019.

ROSSI, Gustavo. Uma vocação perdida? Vida e obra de Edison Carneiro: expoente dos estudos afro brasileiros. In *Bérose – Encyclopédie internationale des histoires del'anthropologie*, Paris, 2020. Disponível em: <https://www.berose.fr/article2030.html?lang=fr>. Acesso em 31 mar. 2024.

SAMPAIO, Dilaine Soares. Ciências da Religião e Teologia como área autônoma: reconfiguração do debate epistemológico, novos desafios e perspectivas para o estudo das (não) religiões e da(s) espiritualidade(s). *Horizonte: Revista de Teologia e Ciências da Religião*, Belo Horizonte, v. 17, n. 53, p. 890-914, maio 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/20337>. Acesso em: 30 maio. 2024.

SARMENTO, Guerhansberger Tayllow Augusto. Por uma historiografia dos espaços no Cangaço Lampiônico. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, v. 12, n. 22, p. 164-181, jul. 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/8576>. Acesso em: 01 maio. 2024.

SENRA, Flávio. A pós-graduação em Ciências da Religião e Teologia no quadriênio 2013-2016. *Interações*, Belo Horizonte, v. 13, n. 24, p. 526-533, ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.1983-2478.2018v13n24p526-533>. Acesso em 31 maio. 2024.

SENRA, Flávio. Estudos de Ciência(s) da(s) Religião(ões) e Teologia no Brasil: Situação atual e perspectivas. *Rever: Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 15, p. 196-214, jan. 2015. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/rever/article/view/26196>. Acesso em: 31 maio. 2024.

SENRA, Flávio. O teólogo e o cientista da religião: religiografia acerca das interfaces entre Ciências da Religião ou Religiologia e Teologia no Brasil. *Rever: Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 16, n.1, jan. 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rever/article/view/28442>. Acesso em 31 maio. 2024.

SENRA, Flávio; CAMPOS, Fabiano Victor; ALMEIDA, Tatiane. *A epistemologia das Ciências da Religião. Pressupostos, questões e desafios*. Curitiba: CRV, 2020.

SENRA, Flávio; CASTRO, Leandro; BERTANTE, Rafael. Ciência da religião no Brasil: entre o acadêmico e o religioso na fase inaugural da disciplina. *Rever: Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 24, n. 1, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1677-1222.2024vol24i1a19>. Acesso em: 9 ago. 2024.

SILVA FILHO, Roberto Leal. Entrevista: lições e problemas da universidade. [Entrevista cedida a] Marco Antônio Coelho. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 6, n. 15, p. 130-145, maio 1992. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9588/11157>. Acesso em: 01 jun. 2024.

SILVA, Maurílio Ribeiro da. *Ciências da Religião no Brasil: debate epistemológico a partir do estudo religiográfico da produção docente nos Programas de Pós-Graduação em Ciências da Religião no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SILVA, Maurílio Ribeiro da. *Ciência da Religião: contexto e pressupostos*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2022.

SILVEIRA, Emerson Sena da (Org.). *Como estudar as religiões: metodologias e estratégias*. Petrópolis: Vozes, 2018.

SILVEIRA, Emerson Sena da; MORAES JÚNIOR, Manoel Ribeiro. *A dimensão teórica dos estudos da religião: horizontes histórico, epistemológico e metodológico nas Ciências da Religião*. São Paulo: Fonte Editorial, 2017.

SOARES, Geraldo Antônio. *Religião, cultura e poder na obra de Gilberto Freyre*. *Dimensões*, Vitória, v. 23, 2009. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/novembro2013/sociologia_artigos/soares_artigo.pdf. Acesso em: 31 mar. 2024.

STARK, Rodney. *O crescimento do cristianismo: um sociólogo reconsidera a história*. São Paulo: Paulinas, 2006.

STARK, Rodney; BAINBRIDGE, William Sims. Uma teoria da religião. São Paulo: Paulinas, 2009.

STEIL, Carlos Alberto; HERRERA, Sônia Reyes. Catolicismo e ciências sociais no Brasil: mudanças de foco e perspectiva num objeto de estudo. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 23, jan. p. 354-393, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n23/13.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2024.

STERN, Fabio L. A criação da área de avaliação “Ciências da Religião e Teologia” na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). *Espaços, Revista de Teologia e Cultura*, v. 26, n. 1, 2018. Disponível em: <https://espacos.itespteologia.com.br/espacos/article/view/62>. Acesso em: 31 maio. 2024.

SUSIN, Luiz Carlos. Teologia da Libertação: de onde viemos, para onde vamos? *Horizonte: Revista de Teologia e Ciências da Religião*, Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 1678-1691, out. 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/6300>. Acesso em: 17 abr. 2024.

TEIXEIRA, Faustino (Org.). *A(s) Ciência(s) da Religião no Brasil: afirmação de uma área acadêmica*. São Paulo: Paulinas, 2001.

TEIXEIRA, Faustino. Entrevista com Faustino Teixeira sobre sua experiência como egresso da primeira graduação de Ciência da Religião no Brasil. [Entrevista cedida a] Matheus Oliva Costa. *Numen – Revista de estudos e pesquisa da religião*, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 292-300, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/22135>. Acesso em: 31 mar. 2024.

TEIXEIRA, Faustino. O processo de gênese da (s) Ciência (s) da Religião na UFJF. *Numen – Revista de estudos e pesquisa da religião*, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 537-550, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21876>. Acesso em: 31 mar. 2024.

TEIXEIRA, Faustino (Org.). *Sociologia da Religião: enfoques teóricos*. Petrópolis: Vozes, 2003.

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Org.). *Antropologia da Religião: autores e temas*. Petrópolis: Vozes, 2023.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. História das religiões. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (Org.). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2013. p. 217-229.

USARSKI, Frank (Org.). *O espectro disciplinar da Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas, 2007.

USARSKI, Frank. *A identidade da Ciência da Religião*. São Paulo: 70, 2023.

USARSKI, Frank. A tradição da segunda ordem como fonte identitária da ciência da religião: reflexões epistemológicas e concretizações. *Interações*, Belo Horizonte, v. 13, n. 23, p. 23-37, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.1983-2478.2018v13n23p23-37>. Acesso em: 23 mar. 2024.

- USARSKI, Frank. *Constituintes da Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- USARSKI, Frank; TEIXEIRA, Alfredo; PASSOS, João Décio (Org.). *Dicionário de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulus/Paulinas/Edições Loyola, 2022
- VALENTE, Waldemar. *Sincretismo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- VALLE, Edênio. O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da PUC-SP: da sua pré-história à progressiva evolução e maioridade. *Rever: Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 307-323, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rever/article/view/45178>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- VALLE, Edênio; QUEIROZ, José J.; MENDONÇA, Antônio Gouvêa. Memórias da fase inicial da Ciência da Religião no Brasil: entrevistas com Edênio Valle, José J. Queiroz e Antônio Gouvêa Mendonça. [entrevistas cedidas a] Ângela Cristina Borges Marques; Marcelo Rocha. *Rever: Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, n. 1, p. 192-214, 2007. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv1_2007/p_entrevista.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.
- VELOSO, Mariza. Gilberto Freyre: uma leitura crítica. *Cadernos do IPRI*, Brasília, n. 14, nov. p. 5-22, 1994. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/cadernos-do-iprium-15.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2020.
- VILAS BOAS, Gláucia. De Berlim a Brusque, de São Paulo a Nashville: a sociologia de Emílio Willems entre fronteiras. *Tempo Social*, São Paulo, v.12, n. 2, p. 171-188, nov. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702000000200012. Acesso em: 25 mar. 2024.
- VILLAS BOAS, Alex. Perspectiva interdisciplinar da Teologia no Brasil: o debate epistemológico da Área de Ciências da Religião e Teologia. *Interações*, Belo Horizonte, v. 13, n. 24, p. 260-286, ago. 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/18656>. Acesso em: 05 jun. 2024.

Recebido em: 09/06/2024

Aprovado em: 20/08/2024

Conflito de interesses: Nenhum declarado.

Editor responsável: Fábio L. Stern.